

09

Dezembro 2007

ISSN 1646-0219

o boletim dos professores

 **Ministério da
Educação**

Novo sistema
de avaliação
de desempenho
de professores

Prova de ingresso
na carreira docente

Plano Nacional
de Leitura considerado
positivo para reforçar
promoção da leitura

Assinatura de contratos
de autonomia essencial
para combater insucesso
e abandono escolares

Cursos profissionais
contribuem para
o aumento do número
de alunos no ensino
secundário

Requalificação
de 26 escolas
do ensino secundário

Reorientação do percurso
formativo dos alunos
do ensino secundário

Linhas orientadoras
para o Português
como Língua não Materna
no ensino secundário

Medidas para reforçar
o apoio aos alunos
com necessidades
educativas especiais

Grupo de Trabalho
de Educação
para a Saúde apresenta
relatório final

Notícias

Presidência Portuguesa
do Conselho
da União Europeia



Prémio Nacional de Professores distingue Arsélio Martins

Prémio Nacional de Professores reconhece o mérito de quatro docentes

Durante a cerimónia de atribuição do Prémio Nacional de Professores, que distinguiu quatro docentes, foi anunciada a segunda edição do concurso, a decorrer no ano de 2008.

A cerimónia de atribuição dos prémios teve lugar no dia 13 de Novembro, às 10h00, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

O Prémio Nacional de Professores foi atribuído a Arsélio Martins, professor de Matemática na Escola Secundária com 3.º Ciclo de José Estêvão, em Aveiro.

O objectivo deste prémio é reconhecer e galardoar os docentes que contribuam de forma excepcional para a qualidade do sistema de ensino, quer no exercício da actividade docente, em contacto directo com alunos, quer na defesa de boas práticas com impacto na valorização da escola.

O Prémio de Mérito Carreira foi atribuído a Teresa Pinto de Almeida, professora de Inglês na Escola Secundária Carolina Michaëlis, no Porto.

Este prémio distingue professores que revelem, ao longo da carreira, a adopção de boas práticas e capacidade de lidar com as dificuldades, tornando-se uma referência para os seus pares e para os seus alunos, bem como para a restante comunidade educativa.

O Prémio de Mérito Inovação foi atribuído a Paula Canha, professora de Biologia e de Geologia na Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, em Odemira.

Este prémio coloca em evidência professores que introduzam métodos inovadores de ensino na sua prática educativa.

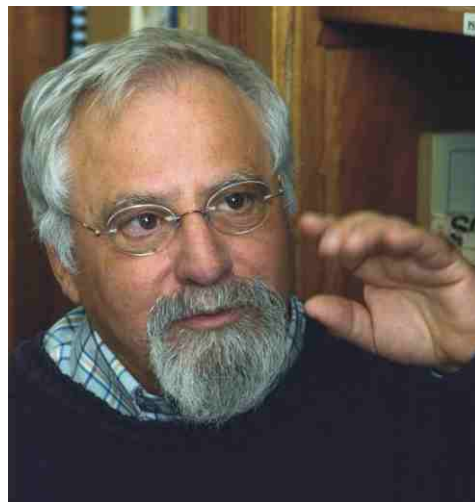
O Prémio de Mérito Liderança foi atribuído a Armandina Soares, presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Vialonga, em Vila Franca de Xira.

Este prémio reconhece professores que revelem um desempenho excepcional nas actividades de coordenação e dinamização ou de gestão da escola.

O Ministério da Educação promove a atribuição anual de um Prémio Nacional de Professores, que teve a sua primeira edição em 2007, dirigido a todos os educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário.

No ano de 2008, vai decorrer a segunda edição do Prémio Nacional de Professores, podendo as candidaturas ser submetidas electronicamente através do Portal da Educação (www.min-edu.pt), a partir de Janeiro até ao fim de Abril.

De acordo com a informação contida no edital publicado no Portal da Educação, o processo de análise e de selecção das candidaturas deve estar concluído até 30 de Outubro de 2008, devendo a cerimónia de atribuição e de divulgação dos prémios ocorrer até 15 de Dezembro.



Propriedade
Secretaria-Geral do
Ministério da Educação
Av. 5 de Outubro, n.º 107
1069-018 Lisboa

Director
João S. Batista

Projecto gráfico
Filipe Pinto

Paginação
Filipe Pinto

Fotografia
José Manuel Vasconcelos
(capa e páginas 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9 e 13)
Henrique Bento
(páginas 10 e 12)

Revisão
Ciberdúvidas da Língua Portuguesa

Impressão e Distribuição
Editorial do Ministério da Educação
Estrada de Mem Martins, 4 – S. Carlos
Apartado 113
2726 Mem Martins

Tiragem
150 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

Depósito legal

ISSN
1646-0219

Esta publicação
é de distribuição gratuita.

www.min-edu.pt

Prémio Nacional de Professores reconhece o mérito de quatro docentes

Primeira edição do Prémio Nacional de Professores

A primeira edição do Prémio Nacional de Professores ocorreu durante o ano de 2007, tendo as candidaturas sido submetidas electronicamente, através do sítio da Internet do Ministério da Educação.

As candidaturas ao Prémio Nacional de Professores foram 65, subdivididas pelas diversas subcategorias previstas: 35 ao Prémio Nacional de Professores e 30 às quatro categorias de mérito (Carreira, Integração, Inovação e Liderança).

Os prémios de Inovação e de Liderança contaram, respectivamente, com 10 candidaturas, enquanto o prémio de Carreira teve 6 candidaturas, e o de Integração, 4.

A maioria das candidaturas (53) foi proposta pelos estabelecimentos de ensino, através do órgão máximo de direcção da escola ou agrupamento de escolas ou da assembleia de escolas.

Os candidatos à primeira edição do Prémio Nacional de Professores ou dos Prémios de Mérito foram propostos pelos estabelecimentos de ensino, pelas associações profissionais de professores ou por um grupo constituído por um mínimo de 50 docentes.

A análise das propostas apresentadas e a escolha dos candidatos vencedores couberam a um júri formado por oito personalidades de reconhecida competência e idoneidade, presidido pelo professor Daniel Sampaio.

O Prémio Nacional de Professores tem o valor de 25 000 euros.

Os restantes prémios são materializados por Diplomas de Mérito Pedagógico, visitas de estudo a escolas ou a instituições de referência no estrangeiro, publicação e divulgação de trabalhos dos candidatos.

As candidaturas para a segunda edição do Prémio Nacional de Professores podem ser submetidas electronicamente, a partir de Janeiro até ao fim de Abril.



Arsélio Martins distinguido com o Prémio Nacional de Professores

A aposta no sucesso escolar é um dos grandes objectivos de Arsélio Martins, professor de Matemática na Escola Secundária de José Estêvão, em Aveiro, que se empenha em acompanhar os alunos ao longo de um ciclo de escolaridade, procurando inovar o ensino, nomeadamente através do recurso às novas tecnologias.



Aquilo a que chama a “luta” pelos seus alunos tem reflexos no sucesso escolar dos jovens e nas baixas taxas de abandono na disciplina que lecciona.

Arsélio Martins, vencedor do Prémio Nacional de Professores, procura, sempre, levar os alunos, durante três anos, até ao fim de um ciclo, sem os reprovar. Se começa com eles no 7.º ano, tenta que cheguem até ao 9.º ano. E se principia no 10.º ano, empenha-se em que vão até ao 12.º ano.

Não que seja tarefa fácil ou que tenha “soluções mágicas”, sobretudo numa disciplina como a Matemática, em que os números do insucesso são preocupantes. Este professor defende a “lógica de ciclo de ensino”, segundo a qual estão elaborados os programas, mas deixa bem claro que esta opção não se compadece com uma baixa de exigência quanto aos conhecimentos a adquirir pelos alunos.

A persistência e o empenho demonstrados são fundamentais para vencer o desafio. A relação humana e pedagógica estabelecida com os alunos faz o resto. “Tenho de

convencer os alunos a trabalharem e procuro entusiasamá-los pela disciplina”, justifica.

Aquilo a que chama a “luta” pelos seus alunos tem reflexos no sucesso escolar dos jovens e nas baixas taxas de abandono na disciplina que lecciona. “Não se vêem livres de mim nem eu deles. Vamos tentar”, é a sua atitude. Os resultados dos alunos reflectem o trabalho deste professor: “Nem sempre é possível, mas geralmente consegue-se.”

O quadro interactivo é um dos recursos utilizados por Arsélio Martins para trabalhar os sólidos geométricos com os seus alunos do 10.º ano de escolaridade. Complementado com programas informáticos adequados e com materiais manipuláveis, este recurso permite aos alunos “ver” os sólidos geométricos.

“Quando chegam às fórmulas, os alunos substituem o conhecimento pela fórmula. O que se pretende é que observem e comparem. Mais do que memorizar as fórmulas, têm de ver”, argumenta este professor com um longo e consistente currículo no ensino da Matemática.

Licenciado em Matemática Pura, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, em 1972, é, desde 1980, professor na Escola Secundária de José Estêvão, em Aveiro, onde foi presidente do Conselho Executivo, durante 15 anos, e orientador de estágio de Matemática.

Colaborador do Ministério da Educação em diversos projectos, foi director do Centro de Formação de Escolas de Aveiro, co-autor dos novos programas de Matemática e, actualmente, é membro da Comissão de Acompanhamento do Plano de Acção para a Matemática.

É sócio da Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM) e da Associação de Professores de Matemática, bem como da European Mathematical Society, tendo sido dirigente regional e nacional da SPM. Comunicador nato, colabora com diversos artigos em variados meios de comunicação.

Teresa Pinto de Almeida distinguida com o Prémio de Mérito Carreira

O Inglês é a única língua utilizada nas aulas de Teresa Pinto de Almeida, professora do ensino secundário na Escola Carolina Michaëlis, no Porto. A abordagem de temáticas da actualidade e o recurso às novas tecnologias são outros dos ingredientes que contribuem para o sucesso das actividades propostas junto dos alunos.

Teresa Pinto de Almeida lecciona há 27 anos, mas a actividade desenvolvida ao longo do seu percurso profissional comporta outras vertentes para além da docência, nomeadamente a formação inicial e contínua de professores, a autoria de programas de Inglês do ensino secundário e, ainda, a autoria de manuais escolares.

Em 2000, concluiu o mestrado em estudos anglo-americanos, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a classificação de *Muito Bom*.

Na sala de aula, opta por realizar actividades de simulação, *roleplays*, debates, apresentação oral de trabalhos, elaboração de inquéritos, visionamento de filmes, realização de pesquisas na Internet, ou seja, actividades que estimulem a curiosidade, bem como o gosto pela leitura e pela expressão oral.

Uma turma sua passou pela experiência de realizar um trabalho de criação de uma página na Internet usada com regularidade para a publicação de trabalhos de casa, actividades de escrita criativa, realização de exercícios e actividades lúdicas.

Com vasto currículo no que diz respeito à inclusão de alunos, chegou a promover diversos projectos e actividades centradas na aprendizagem através do desporto, com o intuito de integrar alunos desmotivados, de estratos sociais carenciados, cujo único interesse era o futebol.



Neste sentido, promoveu, a título exemplificativo, uma entrevista, conduzida em inglês por alunos do 8.º ano, ao ex-treinador do Futebol Clube do Porto Bobby Robson, no âmbito do projecto Desporto-Futebol na Cidade do Porto.

Também é habitual que os seus alunos contem todos os anos com o Dia ou a Semana das Línguas, altura em que têm a oportunidade de dar aulas abertas no âmbito dos Direitos Humanos, feiras do livro, concursos, exposições e palestras.

No exercício da actividade docente, sempre procurou orientar a sua acção promovendo não só o “saber”, mas também o “saber fazer”, o “saber estar” e o “saber aprender”, numa perspectiva de formação e de desenvolvimento integral dos alunos.

Durante três anos, foi chefe de Departamento de Formação e coordenadora do Departamento Curricular, altura em que levou a cabo um plano de formação distribuído por várias áreas de intervenção, desde a disciplina e a avaliação nos ensino básico e secundário, até à utilização das novas tecnologias em contexto educativo.

Chegou a ser orientadora pedagógica do Ramo Educacional Integrado durante 12 anos e membro do Conselho Pedagógico ao longo de 11 anos.

Na sala de aula, opta por realizar actividades de simulação, *roleplays*, debates, apresentação oral de trabalhos, elaboração de inquéritos, visionamento de filmes e realização de pesquisas na Internet.

Paula Canha distinguida com o Prémio de Mérito Inovação

Professora de Biologia e de Geologia na Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, em Odemira, Paula Canha não conjuga o verbo investigar de uma forma teórica, apostando no trabalho experimental na área das Ciências para contagiar os alunos com o gosto de “meter as mãos na massa”.

Paula Canha licenciou-se em Biologia pela Universidade de Aveiro, em 1987, altura em que começou a dar aulas, ao mesmo tempo que se deslocava para Vila Nova de Milfontes com um projecto em mente: montar uma aquacultura. Assim foi.

Começou a dar aulas “por acidente”, mas passados poucos anos percebeu que tinha de optar por um dos dois trabalhos. Optou por dar aulas. “Não consegui largar os miúdos, que eram uma novidade para mim, porque vinha de um curso de biologia de investigação. Nessa altura, foi difícil aceitar que me tinha enganado na minha vocação”, afirma Paula Canha.

Lecciona Biologia e Geologia aos alunos do ensino secundário da Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, em Odemira, onde coordena, desde o final dos anos 90, o clube de ciências da escola (Clube Bigeo), com base no qual

tem organizado actividades de interesse científico e pedagógico que já mereceram um conjunto de prémios a nível nacional e internacional.

Na sua candidatura, proposta pelo conselho executivo da escola, lê-se que “o que de mais relevante resulta do seu trabalho é a sua rara perspectiva de ensino e, particularmente, do ensino das ciências: a ciência e a investigação não são objecto de discurso retórico que os alunos tenham de repetir, mas antes a actividade prática quotidiana de grupos de trabalho que almejam a descoberta e a inovação”.

Na Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, já é relativamente banal ver alunos de bata branca, nos laboratórios e noutros espaços da escola, fora dos horários lectivos. A professora usa galochas para acompanhar os jovens nos trabalhos de campo, e muitos dos fins-de-semana são passados na escola ou em acampamentos a trabalhar em projectos e actividades de investigação. Já chegou a fazer da sala de aula camarata, após longos períodos de trabalho com os estudantes, fora dos horários lectivos.

Questionada sobre qual o maior desafio que enfrentou enquanto professora, Paula Canha revela que é “entrar todos os dias numa sala de aula com o mesmo entusiasmo e dedicação, como se fosse a primeira vez”, até porque “os alunos percebem quando assim não é e reflectem a nossa atitude”.

As palavras são do presidente do Conselho Executivo, José Alexandre Seno Luís, e constam do formulário de candidatura: “Ela é a principal obreira da nova escola que queremos e de que necessitamos: a escola que se frequenta activamente e por prazer; a escola onde se está fora de horas lectivas; a escola onde o aprender não é decorar textos; a escola onde se produz saber; a escola onde se descobre; a escola onde se inova...”

Já é relativamente banal ver alunos de bata branca, nos laboratórios e noutros espaços da escola, fora dos horários lectivos.



Armandina Soares distinguida com o Prémio de Mérito Liderança

A presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Vialonga conseguiu aquilo que parecia uma tarefa quase impossível: criar um corpo docente estável numa zona onde poucos queriam ficar. Responsabilização, autonomia e criatividade são os três desafios que coloca aos professores e aos funcionários. Este empenho reflecte-se na diminuição da indisciplina e no aumento do sucesso escolar dos alunos.

Quando foi colocada na Escola EB 2,3 de Vialonga, poucos lá queriam ficar. Mas Armandina Soares quis. E não só quis ficar, como fez com que os outros professores também o desejassem.

Quando, em 1998, se candidatou a presidente do conselho executivo, esta professora de Português, Estudos Sociais e História conseguiu a proeza de criar um verdadeiro corpo docente, estável e disponível, pronto a apostar na continuidade pedagógica.

Determinação é a palavra que o vice-presidente do conselho executivo, Nuno Santos, utiliza, em primeiro lugar, para descrever Armandina Soares. Capacidade de mobilizar os restantes elementos da escola para os projectos a desenvolver é outra das características apontadas. É uma verdadeira líder – concluiu, com reconhecimento.

Quando assumiu a presidência do conselho executivo, um dos primeiros objectivos consistiu precisamente na definição de regras claras para eliminar o clima de violência que se vivia.

Paralelamente à eliminação do clima de violência, apostou na qualidade dos espaços educativos, procurando criar condições para que os alunos trabalhassem melhor: uma escola limpa e bem cuidada, com os recursos culturais a que os estudantes têm direito e as ofertas pedagógicas adequadas às suas necessidades.

O combate ao insucesso e ao abandono escolares foi outra das batalhas travadas. Através

de medidas como a diversificação das ofertas educativas e do apoio aos alunos com Português como Língua não Materna, foi possível atingir a meta de levar a grande maioria dos alunos a concluir a escolaridade obrigatória.

Tudo isto se torna possível porque, tal como Armandina Soares faz questão de salientar, não se vive na escola um clima de desmotivação. Professores e funcionários participam activamente nos projectos desenvolvidos, procurando, sempre, melhorar os resultados escolares dos alunos.



A esta motivação não é certamente alheia a capacidade da presidente do conselho executivo de mobilizar para novas tarefas os professores e os funcionários que têm melhores condições para as realizarem, apelando à sua responsabilização, autonomia e criatividade.

O último dos desafios foi levar a aprendizagem de um instrumento musical como o violino, geralmente reservada para as elites, para um meio socioeconómico desfavorecido.

No segundo ano de instrumento, os alunos do 1.º ciclo já demonstram, com visível orgulho, os seus progressos.

É baseada nestes princípios que Armandina Soares procura defender a escola pública, vivida num clima democrático que garanta, a todos, o direito à participação, e onde todos trabalhem, de forma empenhada, em prol da igualdade de oportunidades e do sucesso escolar dos alunos.

Conseguiu a proeza de criar um verdadeiro corpo docente, estável e disponível, pronto a apostar na continuidade pedagógica.

Novo sistema de avaliação de desempenho de professores aprovado em Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros aprovou o projecto de decreto regulamentar que define os mecanismos indispensáveis para a aplicação do novo sistema de avaliação de desempenho dos professores.

O novo regime de avaliação dos professores, mais exigente e com efeitos no desenvolvimento da carreira, tem como principal objectivo a melhoria dos resultados escolares dos alunos e da qualidade das aprendizagens, proporcionando condições para o desenvolvimento profissional dos docentes, tendo em vista o reconhecimento do mérito e da excelência.

De acordo com estes princípios, a avaliação de desempenho tem como referência os objectivos e as metas fixados no projecto educativo e no plano anual de actividades dos agrupamentos e das escolas, podendo ainda considerar os objectivos definidos no projecto curricular de turma.

São ponderados, igualmente, os indicadores de medida previamente estabelecidos pelas escolas, nomeadamente quanto ao progresso dos resultados escolares esperados para os alunos e à redução das taxas de abandono escolar, tendo em conta o contexto socioeducativo.

Os objectivos individuais da avaliação de desempenho são fixados por acordo entre os avaliadores e professor avaliado, com base numa proposta por este apresentada, no início do período em avaliação.

O sistema de avaliação de desempenho abrange os professores em exercício efectivo de funções, incluindo os docentes em período probatório e os contratados, bem como aqueles que se encontram em regime de mobilidade em organismos da Administração Pública, que são avaliados nesses organismos segundo as funções que aí exercem.

A avaliação dos professores titulares que exercem as funções de coordenadores do conselho de docentes e de departamento curricular é igualmente regulamentada, clarificando-se que estes docentes também são avaliados pelo exercício da actividade lectiva.

A avaliação realiza-se no final de cada período de dois anos escolares e reporta-se ao tempo de serviço prestado nesse período. Para tal, é necessário que os professores tenham prestado serviço docente efectivo durante, pelo menos, um ano escolar, independentemente do estabelecimento de ensino onde exerceram funções. Este tempo pode ser inferior no caso dos docentes contratados, realizando-se a avaliação no termo do contrato.

Os avaliadores, no âmbito deste processo, são os coordenadores dos departamentos curriculares e os presidentes dos conselhos executivos ou os directores. A prática lectiva dos coordenadores dos departamentos curriculares é avaliada por inspectores em termos a regulamentar.

A comissão de coordenação da avaliação de desempenho, a quem cabe validar as classificações de *Excelente*, de *Muito Bom* e de *Insuficiente*, é integrada pelos presidentes do conselho pedagógico, que assumem a coordenação, e por quatro outros membros do mesmo conselho com a categoria de professores titulares.

O novo regime de avaliação dos professores tem como principal objectivo a melhoria dos resultados escolares dos alunos e da qualidade das aprendizagens.

Fases do processo de avaliação

O processo de avaliação realiza-se de acordo com as seguintes fases, estabelecidas de forma sequencial:

- Preenchimento da ficha de auto-avaliação;
- Preenchimento das fichas de avaliação pelos avaliadores;
- Conferência e validação das propostas de avaliação com a menção qualitativa de *Excelente*, de *Muito Bom* ou de *Insuficiente*, pela comissão de coordenação da avaliação;
- Realização de entrevista individual dos avaliadores com o respectivo avaliado;
- Realização da reunião conjunta dos avaliadores para atribuição da avaliação final.

Prova de ingresso na carreira docente aprovada em Conselho de Ministros

O projecto de decreto regulamentar que estabelece as regras relativas à prova de avaliação de conhecimentos e de competências necessária para o ingresso na carreira docente foi aprovado em Conselho de Ministros.

A prova de ingresso, destinada aos detentores de uma habilitação profissional para a docência que pretendam candidatar-se ao ensino, tem como objectivo assegurar que o exercício de funções docentes fica reservado a quem possui todos os requisitos necessários a um desempenho profissional especializado e de grande qualidade.

Esta prova, de âmbito nacional, visa demonstrar o domínio de conhecimentos e de competências exigidos para o exercício da função docente numa determinada área de docência.

Composta por duas ou três componentes, uma de carácter comum e as restantes de carácter específico, a prova realiza-se numa única chamada, em calendário a fixar pelo membro do Governo responsável pela área da educação.

A componente comum, na modalidade de prova escrita, destina-se a avaliar o domínio escrito da língua portuguesa e a capacidade de raciocínio lógico.

Esta componente pode ainda avaliar a capacidade de reflexão sobre a organização e o funcionamento da sala de aula, da escola e do sistema educativo.

A segunda componente da prova, também na modalidade de prova escrita, específica para cada grupo de recrutamento, pretende avaliar conhecimentos de ordem científica e técnica, adequados às exigências da respectiva área de docência.

Complementarmente a esta prova, poderá haver uma terceira componente, na modalidade de prova oral ou de prova



prática, nos domínios das línguas, das ciências experimentais, das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) e das expressões.

A classificação da prova é a média das classificações das duas ou três componentes da prova de ingresso, sendo que uma classificação inferior a 14 valores numa das componentes é eliminatória.

O processo de elaboração da prova é semelhante ao seguido para os exames nacionais dos alunos dos ensinos básico e secundário, cabendo ao Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE) coordenar o processo de elaboração e de validação da mesma.

Vai ser ainda criado um Júri Nacional da Prova, a funcionar no âmbito da Direcção-Geral de Recursos Humanos da Educação (DGRHE), responsável pela coordenação e pela preparação, realização, apreciação, classificação e reapreciação da prova.

São dispensados da realização da prova de ingresso os professores que foram contratados em dois dos últimos quatro anos imediatamente anteriores ao ano lectivo de 2007/2008, desde que contem, pelo menos, cinco anos completos de serviço docente efectivo e avaliação de desempenho igual ou superior a *Bom*.

A prova de ingresso, de âmbito nacional, visa demonstrar o domínio de conhecimentos e de competências exigidos para o exercício da função docente.

Plano Nacional de Leitura considerado positivo para reforçar promoção da leitura

Tendo em conta o balanço positivo do primeiro ano do Plano Nacional de Leitura (PNL), o Governo vai continuar a apostar na promoção da leitura, reforçando o investimento na rede de bibliotecas escolares, de modo a que, até ao final deste ano lectivo, todas as escolas públicas do ensino básico estejam integradas nesta rede.

Avaliar o impacto do primeiro ano do PNL na mudança de hábitos de leitura dos portugueses em geral e dos alunos em particular foi o objectivo da conferência *A Leitura em Portugal: Desenvolvimento e Avaliação*, que decorreu nos dias 22 e 23 de Outubro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

O balanço do primeiro ano do PNL é globalmente positivo, sobretudo no que diz respeito à adesão das escolas e das autarquias, de acordo com os resultados da avaliação externa do PNL, realizada pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CIES/ISCTE), sob a coordenação de António Firmino da Costa.

Segundo um inquérito realizado pelo CIES/ISCTE, a grande maioria (83 por cento) das escolas considera que o PNL é positivo para reforçar a promoção da leitura, nomeadamente na sala de aula.

A adesão das escolas ao PNL é muito significativa, abrangendo 7500 estabelecimentos (incluindo jardins-de-infância e escolas dos 1.º e 2.º ciclos), o que corresponde a um milhão de crianças envolvidas.

Quanto à adesão dos alunos às actividades, é avaliada como “forte ou muito forte” nos diversos níveis de ensino. Por sua vez, as actividades desenvolvidas foram consideradas “muito favoráveis” ao incremento das práticas de leitura dos estudantes, sendo de assinalar que, em cerca de 70 por cento, os professores notaram progressos no domínio da leitura.



Para continuar a apostar na promoção da leitura, o Governo vai reforçar o investimento na rede de bibliotecas escolares, canalizando para o efeito 5 milhões de euros.

Este investimento vai permitir que, até ao final deste ano lectivo, todas as escolas públicas do ensino básico estejam integradas na rede de bibliotecas escolares.

Com a construção das 130 bibliotecas que faltavam nas escolas do ensino básico, vai ser concluída a rede neste nível de ensino, estando prevista a consolidação da rede nas escolas do ensino secundário com a renovação de 17 bibliotecas.

Para tal, o Ministério da Educação vai investir 1,5 milhões de euros para o apetrechamento das bibliotecas com livros, enquanto as autarquias vão investir 1,5 milhões de euros para o mesmo fim.

É de salientar que, nos 10 anos de trabalho da rede de bibliotecas escolares, o progresso efectuado foi considerável, tendo o número destes espaços passado de 150 para cerca de 1900.

A conclusão da rede de bibliotecas escolares, até ao final deste ano lectivo, e o desenvolvimento do PNL, ao longo dos próximos nove anos, serão determinantes para dar continuidade à promoção de hábitos de leitura na população escolar e na população em geral.

A adesão das escolas ao PNL é muito significativa, abrangendo 7500 estabelecimentos, o que corresponde a um milhão de crianças envolvidas.

Para mais informações, consultar www.planonacionaldeleitura.gov.pt

Assinatura de contratos de autonomia essencial para combater insucesso e abandono escolares

O Ministério da Educação (ME) assinou contratos de autonomia com 22 escolas e agrupamentos, concretizando o objectivo de fornecer a estes estabelecimentos de ensino um instrumento de gestão essencial para criar condições para uma melhor prestação do serviço público que lhes está confiado, tendo em vista o combate ao insucesso e ao abandono escolares.

A assinatura de contratos de autonomia é essencial para que as escolas e os agrupamentos possam gerir os recursos educativos de uma forma mais flexível, de acordo com o seu projecto educativo, procurando dar resposta ao contexto específico em que está inserido o estabelecimento de ensino, de forma a potenciar o sucesso educativo dos alunos que o frequentam.

Enquadrada no âmbito de diversas medidas de descentralização que implicam a transferência de competências para as escolas, a celebração de contratos de autonomia confere às unidades de gestão maior poder para tomarem decisões nos domínios pedagógico, curricular, administrativo, financeiro e organizacional.

Para a assinatura de contratos de autonomia, foram consideradas condições essenciais a adopção de processos de auto-avaliação por parte das escolas e a avaliação das mesmas no âmbito do Programa de Avaliação Externa de Escolas.

Além destes dois requisitos, é ainda necessário que as escolas elaborem um plano de desenvolvimento da autonomia, aprovado pelas respectivas assembleias de escola e direcções regionais de educação.

Elaborado com o objectivo de melhorar o serviço público de educação, esse plano tem como objectivos potenciar os recursos dos estabelecimentos de ensino e ultrapassar as suas debilidades, de forma sustentada.

Neste sentido, é fundamental que os contratos de autonomia contendam, de forma clara e explícita, os objectivos e as metas a atingir, que devem estar sempre associados à melhoria dos resultados escolares dos alunos e ao combate ao abandono do sistema de ensino.

Os contratos de autonomia devem conter os objectivos e as metas a atingir, associados à melhoria dos resultados escolares dos alunos e ao combate ao abandono do sistema de ensino.

Acompanhamento do processo de autonomia

Os contratos de autonomia devem integrar a caracterização da escola, os resultados da auto-avaliação e da avaliação externa, os objectivos gerais e operacionais, os compromissos da escola e do ME, a duração do contrato, bem como o seu acompanhamento e a sua monitorização, através de uma comissão de acompanhamento.

Para cada contrato de autonomia, será criada uma comissão de acompanhamento local, enquanto para proceder à avaliação

anual dos contratos de autonomia será criada uma comissão de acompanhamento a nível nacional.

Os contratos vigorarão até ao final do ano de lectivo de 2010/2011, podendo ser revistos e alterados, durante este período, por acordo entre as partes.

A renovação dos contratos, que poderá ocorrer findo este período, deverá ter em conta os resultados da avaliação externa da escola entretanto realizada.

Cursos profissionais contribuem para o aumento do número de alunos no ensino secundário

A expansão dos cursos profissionais tem contribuído para o aumento do número de alunos no ensino secundário, nos dois últimos anos lectivos, sendo de assinalar a redução da taxa de retenção, neste nível de ensino, de 32 para 25 por cento.

De acordo com dados provisórios do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), neste ano lectivo estão matriculados no ensino secundário 282 188 jovens, 62 996 dos quais no ensino profissional.

O número de estudantes a frequentar o ensino secundário, que decresceu progressivamente ao longo da última década, aumentou significativamente desde 2005/2006, passando de 262 858 para 282 188 neste ano lectivo.

Também é de assinalar o aumento do número de alunos que entraram no ensino secundário: enquanto, no ano passado, esse número se situou em 105 mil, neste ano lectivo subiu para 118 mil.

A expansão da população estudantil no ensino secundário deve-se ao aumento dos matriculados em cursos profissionais, que passaram de 44 466 alunos, no ano lectivo de 2006/2007, para 62 996, no ano lectivo de 2007/2008.

É de sublinhar que o peso dos alunos matriculados nas vias profissionalizantes de nível secundário é de 35,4 por cento. Esta percentagem tem vindo a aproximar-se, gradualmente, dos valores registados nos países da OCDE, nos quais cerca de 50 por cento dos jovens optam por estas vias de ensino.

Nos últimos dois anos lectivos, a taxa de retenção escolar no ensino secundário baixou de 32 por cento para 25 por cento, 7 pontos percentuais que equivalem a 22 por cento.

Comparativamente com estes dados, no ano lectivo de 2004/2005, a taxa média de retenção e de desistência no ensino público era de 33,2 por cento.

Enquanto no 10.º ano as reprovações equivaliam a 30 por cento, no 11.º ano baixavam para 16 por cento, subindo no 12.º ano para os 50,8 por cento.

Neste contexto, a redução da taxa média de retenção e de desistência verificada, nos últimos dois anos, no ensino secundário, reveste-se da maior importância, na medida em que, pela primeira vez, esta percentagem se situa abaixo dos 30 por cento.

Ao nível da saída precoce do sistema de ensino também se registaram resultados positivos. A percentagem de jovens dos 18 aos 24 anos que não concluíram o ensino secundário e não estiveram inscritos em acções de educação e formação baixou 3 pontos percentuais, descendo, no último ano, para 36,3 por cento. De acordo com estes números, mantiveram-se mais 30 mil jovens no sistema de ensino.

Para mais informações, consultar a *Apresentação dos Resultados Escolares do Ensino Secundário 2006/2007*, em www.min-edu.pt.

A redução da taxa média de retenção e de desistência verificada, nos últimos dois anos, no ensino secundário, reveste-se da maior importância.



Requalificação de 26 escolas do ensino secundário

A requalificação de 26 estabelecimentos de ensino, no âmbito do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, iniciado em Julho, conta com um investimento de 120 milhões de euros.

Os nomes dos 26 estabelecimentos de ensino que serão recuperados em 2008/2009 foram divulgados pelo Ministério da Educação. Lisboa, com 10 escolas secundárias, e Porto, com 4, são as cidades com mais estabelecimentos neste lote.

Da capital foram seleccionadas as escolas Eça de Queirós, Filipa de Lencastre, Gil Vicente, Josefa de Óbidos, Marquesa de Alorna, Passos Manuel, D. Pedro V, Pedro Alexandrino, Pedro Nunes e Rainha Dona Amélia.

No Porto, a escolha recaiu nas escolas Aurélia de Sousa, Carolina Michaëlis, Cerco e Garcia de Orta.

As outras 12 unidades são as escolas António Sérgio (Vila Nova de Gaia), Avelar Brotero (Coimbra), Gabriel Pereira (Évora), João Gonçalves Zarco (Matosinhos), José Régio (Vila do Conde), D. Manuel I (Beja), Manuel Gomes de Almeida (Espinho), Mouzinho da Silveira (Portalegre), Rocha Peixoto (Póvoa de Varzim) e Sá de Miranda (Braga), e ainda as secundárias de Benavente e Penafiel.

Estas intervenções seguem-se às quatro intervenções-piloto, com que o programa arrancou, nas escolas D. Dinis e Pólo de Educação e Formação D. João de Castro, em Lisboa, e Rodrigues de Freitas e Artística Soares dos Reis, no Porto, cuja conclusão está prevista para o início do ano lectivo 2008/09.

As obras nas 26 escolas começam em Julho de 2008 e representam um investimento de 120 milhões de euros, que se somam aos 34,2 milhões de euros daquelas intervenções-piloto.



O Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário prevê a intervenção em 330 escolas, até ao ano de 2015, contando com um investimento de 940 milhões de euros.

Este programa tem como principais objectivos interromper o ciclo de degradação de alguns estabelecimentos escolares do ensino secundário, corrigindo os problemas de construção existentes, e melhorando as condições de adaptabilidade, segurança e acessibilidade.

O programa pretende proceder a uma efectiva reabilitação das instalações escolares, promovendo a sua modernização, de forma a dar resposta aos novos desafios que actualmente se colocam à escola.

A intenção é assegurar a adequação do espaço escolar, tendo em conta as exigências decorrentes da organização e dos currículos do ensino secundário, que implicam, nomeadamente, uma maior flexibilidade na oferta curricular, uma diversidade de práticas pedagógicas, o acesso a centros de recursos, o reforço do ensino experimental de ciência e tecnologia, e a utilização de tecnologias de informação e comunicação (TIC).

O Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário prevê a intervenção em 330 escolas, até ao ano de 2015.

Reorientação do percurso formativo dos alunos do ensino secundário

Os alunos do ensino secundário têm a possibilidade de requerer a reorientação do seu percurso formativo, através da mudança entre cursos deste nível de escolaridade, recorrendo aos regimes de permeabilidade ou de equivalência entre disciplinas.

O processo de reorientação do percurso formativo dos alunos visa facilitar a mudança de curso, evitando que os estudantes fiquem retidos no mesmo ano de escolaridade, situação que, frequentemente, contribui para o acumular de retenções e para o abandono da escola antes da conclusão do nível secundário de educação.

As novas regras definidas abrangem os alunos dos cursos científico-humanísticos, tecnológicos, artísticos especializados nos domínios das artes visuais e dos audiovisuais, incluindo os do ensino recorrente, profissionais e, ainda, dos cursos de educação e formação.

Regime de permeabilidade

O recurso ao regime de permeabilidade permite aos alunos o prosseguimento de estudos, no ano lectivo subsequente, num curso diferente do inicialmente frequentado, desde que com este apresente afinidade de plano de estudos.

Com aplicação apenas no final do primeiro ano do ciclo de estudos do curso de origem, a mudança de curso através do regime de permeabilidade deve ser requerida entre o término das actividades escolares e o dia 31 de Julho.

Este pedido deve ser apresentado pelo encarregado de educação ou pelo aluno, quando maior, em requerimento dirigido ao responsável dos órgãos de direcção do estabelecimento de ensino ou da entidade formadora frequentada.

Concretizada a permeabilidade, cabe aos referidos órgãos de direcção dos

estabelecimentos de ensino a definição de um plano individual de formação, tendo em vista a integração do aluno no curso de destino.

Este novo plano de estudo integra, entre outras, disciplinas comuns e disciplinas análogas às anteriormente frequentadas no curso de origem.

Regime de equivalência entre disciplinas

O recurso ao regime de equivalência entre disciplinas confere ao aluno a possibilidade de alterar o seu percurso formativo, recorrendo ao mecanismo de equivalência entre disciplinas que integram o plano de estudos do curso de origem e disciplinas do plano de estudos do curso de destino.

A mudança por equivalência entre disciplinas pode ser requerida, até ao dia 31 de Dezembro do ano lectivo seguinte, pelo encarregado de educação ou pelo aluno, quando maior, em requerimento dirigido ao responsável dos órgãos de direcção do estabelecimento de ensino ou da entidade formadora frequentada.

A equivalência pode ser requerida nas disciplinas em que o aluno tenha obtido aprovação, no ano lectivo anterior, ou reunido condições de progressão ao ano escolar seguinte.

As disciplinas consideradas equivalentes são aquelas que contemplam, cumulativamente, a mesma área disciplinar e carga horária lectiva ou horas de formação iguais ou correspondentes a, no mínimo, dois terços do número de horas de formação da disciplina para a qual é requerida a equivalência.

Nas disciplinas de língua estrangeira, a equivalência é válida apenas para a mesma língua e para o mesmo nível de língua, de iniciação ou de continuação.

Para mais informações, consultar www.min-edu.pt.

O processo de reorientação do percurso formativo dos alunos visa facilitar a mudança de curso, evitando que os estudantes fiquem retidos no mesmo ano de escolaridade.

Linhas orientadoras para o Português como Língua não Materna no ensino secundário

A definição de linhas orientadoras para o trabalho a desenvolver com os alunos do ensino secundário que têm o português como língua não materna pretende contribuir para nortear os programas e as práticas pedagógicas, atendendo à especificidade do público-alvo.

O Ministério da Educação, tendo em conta que o desconhecimento da língua portuguesa, enquanto veículo para a aprendizagem de todas as disciplinas, é um dos maiores obstáculos à integração destes alunos e ao acesso ao currículo, procura dar resposta às necessidades de uma comunidade escolar linguisticamente heterogénea através de diversas medidas, nomeadamente da definição de linhas orientadoras.

De acordo com as linhas orientadoras definidas, o ensino a alunos que têm o português como língua não materna exige uma abordagem diferenciada, centrada, essencialmente, na compreensão e na produção de unidades comunicativas.

A especificidade do trabalho a desenvolver deve atender ao facto de estes alunos constituírem um grupo heterogéneo sob diversos pontos de vista, tanto a nível etário, quanto a nível linguístico e cultural.

Assim, se é fundamental adequar as actividades a desenvolver ao nível de proficiência linguística dos alunos, frequentemente em diferentes estádios de domínio da língua, também é determinante adaptar o trabalho à idade dos estudantes.

Segundo os grupos de nível de proficiência linguística em que os alunos estão integrados, as aulas de Português como Língua não Materna devem ter diferentes prioridades.

Enquanto, ao nível da iniciação, o ensino deve privilegiar a compreensão oral

e a aprendizagem do léxico e das estruturas fundamentais, à medida que os alunos progredem no conhecimento da língua as exigências devem aumentar, tendo em vista um progressivo desenvolvimento linguístico e conhecimento da literatura portuguesa e a possibilidade de acompanhamento do currículo nacional.

Para inserir os alunos no grupo de nível adequado ao seu desenvolvimento linguístico, devem ser seguidos determinados procedimentos, definidos em função do Quadro Europeu Comum de Referência (QEQR).

A entrevista oral é o primeiro procedimento que deve ser seguido, com o objectivo de aferir o nível de compreensão, de interacção e de produção oral do aluno, de modo a identificar o teste diagnóstico mais adequado.

Esse teste diagnóstico deve incluir um teste oral, realizado a partir de um exercício de escuta de uma gravação áudio ou da audição de pequenos textos, e um teste escrito, elaborado pelos professores responsáveis pelo Português como Língua não Materna da escola, tendo como base os descritores do QEQR.

As modalidades de avaliação adoptadas, utilizadas tendo como referência os descritores estabelecidos pelo QEQR, devem ter em conta o nível de proficiência linguística dos alunos.

Para os níveis iniciais, devem ser valorizadas as competências de recepção, nomeadamente de interacção e de compreensão oral e escrita, enquanto para os níveis intermédio e avançado a avaliação deve incidir progressivamente sobre os domínios produtivos (produção oral e escrita), aumentando-se a exigência quanto à correcção linguística das produções.

O ensino a alunos que têm o português como língua não materna exige uma abordagem centrada na compreensão e na produção de unidades comunicativas.

Medidas para reforçar o apoio aos alunos com necessidades educativas especiais

O Ministério da Educação (ME) lançou diversas medidas no âmbito da Educação Especial, com o objectivo de criar condições nas escolas e nos agrupamentos para que os alunos com necessidades educativas especiais beneficiem de um apoio mais efectivo e eficaz, adequado às suas necessidades específicas.

Para que os alunos com necessidades educativas especiais possam beneficiar de um apoio mais adequado às suas necessidades específicas, o ME definiu redes de escolas de referência, destinadas aos alunos cegos e surdos, bem como unidades especializadas em perturbações do espectro do autismo e em multideficiência.

A criação de redes de escolas de referência permite uma melhor organização dos recursos humanos, materiais e didáctico-pedagógicos, essencial para responder, nas melhores condições, aos diversos tipos de necessidades destas crianças e destes jovens.

Assim, a partir deste ano lectivo, passam a existir 20 agrupamentos de referência para alunos cegos ou com baixa visão e, numa primeira fase, 22 agrupamentos num total de 72 escolas para estudantes surdos (profundos e severos), onde estes terão acesso ao ensino em Língua Gestual Portuguesa.

Foi, ainda, criada uma rede de agrupamentos de escolas de referência para a intervenção precoce, que funcionará em 121 agrupamentos, com 492 educadores de infância, abrangendo cerca de 4400 crianças.

O número de unidades especializadas em multideficiência aumentou para 163, enquanto o número de unidades especializadas em perturbações do espectro do autismo ronda as 100.

Com o objectivo de melhorar o serviço prestado no atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter

permanente, o ME apostou no reforço do número de técnicos existentes nas escolas.

Enquanto, no ano lectivo anterior, estavam nos estabelecimentos de ensino 153 terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, terapeutas da fala e formadores e intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, neste ano lectivo esse número ascenderá aos 269 técnicos.

Foram, também, criados 25 centros de recursos em tecnologias da informação e da comunicação para a Educação Especial, onde os alunos poderão contar com *hardware* e *software* adequados às suas necessidades específicas e, ainda, com materiais construídos e adaptados para estas crianças e para estes jovens.

O aumento da produção de manuais escolares em formatos acessíveis, previsto neste ano lectivo, também contribuirá para a melhoria do ensino dos alunos cegos ou com baixa visão.

Para os alunos surdos que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, será elaborado um Programa de Língua Gestual Portuguesa, língua materna das crianças e dos jovens surdos.

Centros de Recursos de Apoio à Inclusão

O desenvolvimento de um modelo de Centros de Recursos de Apoio à Inclusão no processo de reconversão das instituições de Educação Especial, que deverá ocorrer até 2013, permitirá proceder à transferência dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino especial para as escolas do ensino regular, contando com o apoio dos recursos humanos e materiais existentes nas instituições que os acolham.

A inclusão destes alunos nas escolas do ensino regular deverá processar-se de forma a garantir a todos os estudantes uma resposta às suas necessidades educativas em igualdade de circunstâncias.

A criação de redes de escolas de referência permite uma melhor organização dos recursos humanos, materiais e didáctico-pedagógicos.

Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde apresenta relatório final

O Grupo de Trabalho de Educação para a Saúde apresentou o relatório final que reafirma a importância da Promoção e Educação para a Saúde – nas escolas do 1.º ao 12.º anos – e propõe um programa mínimo e obrigatório de Educação Sexual para todos os estudantes, consoante o ciclo de escolaridade.

A Educação para a Saúde deverá apresentar-se como uma área de carácter obrigatório, desde o 2.º ciclo até à conclusão do secundário – através da revitalização dos conteúdos curriculares das várias disciplinas e da inclusão destas temáticas nas áreas curriculares não disciplinares – com avaliação obrigatória da aprendizagem.

Neste sentido, propõe-se a obrigatoriedade da avaliação dos conhecimentos nesta área temática, atribuindo-se uma importância fundamental ao professor coordenador que deverá arquivar anualmente os resultados detalhados da avaliação efectuada, eventuais dificuldades encontradas e sugestões que entender oportunas.

Por outro lado, sugere-se uma metodologia de trabalho não assente num modelo de aulas expositivo, mas que privilegie a metodologia de projecto através da qual os alunos desempenham um papel activo na procura permanente do saber.

No ensino secundário, recomenda-se que nos 10.º, 11.º e 12.º anos sejam aproveitados os espaços lectivos de Educação Física para abordar os temas de Educação para a Saúde, tomando-se necessário mobilizar os docentes de Educação Física para esta nova actividade e dotá-los de formação específica, caso não a possuam.

No ensino secundário só existe Área de Projecto no 12.º ano, propondo-se, por isso, a utilização desse espaço para a dinamização de projectos de Educação para a Saúde, bem como a revitalização

de currículos de algumas disciplinas onde possam surgir contextos propícios à discussão de temas relacionados (Biologia, Português, Filosofia, Sociologia).

Em relatórios anteriores deste grupo de trabalho, presidido pelo professor Daniel Sampaio, sugeriu-se a criação de gabinetes de apoio ao aluno, já existentes em muitas escolas, ao nível do ensino secundário, com o objectivo de criar um espaço de privacidade onde o aluno possa ser ouvido, encontrar respostas, receber informação disponível e, em caso de necessidade, ser encaminhado para um apoio fora da escola.

Prevê-se a constituição destes gabinetes através da permanência de um professor da escola ou do agrupamento em regime rotativo, psicólogo ou assistente social, caso a escola disponha destes técnicos, bem como apoio da estrutura local do Instituto de Apoio à Juventude.

O relatório contém ainda uma enumeração de novos recursos que podem actualmente ser úteis para a execução de um projecto de Educação para a Saúde em Meio Escolar.

Neste sentido, são divulgadas novas parcerias possíveis para o trabalho de Promoção e de Educação para a Saúde, incluindo associações científicas, associações de estudantes de medicina e projectos apoiados pelo Instituto Português da Juventude, às quais as escolas poderão concorrer.

O relatório salienta, também, a criação de uma rede de intervenção, já em funcionamento, constituída por técnicos da Educação e da Saúde, ao serviço dos projectos das escolas de todo o território continental.

Para trabalhar a Educação para a Saúde, sugere-se uma metodologia de trabalho não assente num modelo de aulas expositivo, mas que privilegie a metodologia de projecto.

Regras de organização, de funcionamento e de avaliação dos cursos científico-humanísticos

A necessidade de proceder ao ajustamento das matrizes e das regras de organização, de funcionamento e de avaliação dos cursos científico-humanísticos esteve na base da elaboração de uma portaria que aguarda publicação no *Diário da República*.

De acordo com esta portaria, a avaliação dos alunos dos cursos científico-humanísticos passa a incluir obrigatoriamente momentos formais de avaliação da oralidade e da dimensão prática ou experimental, integrados no processo de ensino-aprendizagem.

A componente de oralidade tem um peso de 25 por cento no cálculo da classificação da disciplina de Português e de 30 por cento na disciplina de Língua estrangeira.

Nas disciplinas bienais de Física e Química A e de Biologia e Geologia, nas disciplinas anuais de Biologia, de Física, de Geologia e de Química, a componente prática e/ou experimental tem um peso mínimo de 30 por cento.

Para mais informações, consultar www.min-edu.pt.

Regime especial de integração dos professores de técnicas especiais em lugares de quadro de zona pedagógica

Os professores de técnicas especiais que reunissem determinadas condições foram abrangidos por um regime excepcional de integração em lugares de quadros de zona pedagógica.

Contam-se entre estes os técnicos especializados que leccionam as disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário que não integram os grupos de recrutamento previstos pelo Decreto-Lei n.º 27/2006.

O concurso foi aberto para preenchimento de lugares próprios dos quadros de zona pedagógica, que se consideram automaticamente criados para o efeito e a extinguir quando vagarem.

Os candidatos puderam concorrer aos lugares do quadro de zona pedagógica do âmbito geográfico da escola onde se encontravam a exercer a sua actividade à data da abertura do concurso.

Medidas de acção social escolar para o ano lectivo de 2007/2008

Neste ano lectivo, o ME tem como objectivo alargar o número de alunos do ensino secundário abrangidos pela acção social escolar e reforçar os apoios para os estudantes provenientes de famílias mais carenciadas que frequentam este nível de ensino.

De acordo com o Despacho n.º 19 165/2007, de 24 de Agosto, publicado no *Diário da República*, para dar mais oportunidades aos jovens provenientes de famílias carenciadas de prosseguirem os estudos de nível secundário, foram alterados os limites de captação dos rendimentos das respectivas famílias – igualando-os aos dos alunos do ensino básico –, enquanto o valor das participações em livros, material escolar, alojamento, refeições e auxílios económicos foi aumentado em 27 por cento.

Festa das Escolas de Música no CCB

A Festa das Escolas de Música, organizada pelo Ministério da Educação, com a colaboração do Centro Cultural de Belém, juntou, pela primeira vez num mesmo palco, ao longo de um dia inteiro, os alunos e os professores das escolas do ensino artístico especializado de Música.

Nesta festa, designada 1001 Músicos, que decorreu no dia 30 de Setembro, no Centro Cultural de Belém, mil e um músicos de todos os tamanhos, mil e um instrumentos (e vozes) cantaram mil e uma melodias.

Quatro concertos, também, para mil e um músicos. O primeiro, destinado ao público infantil com, entre outras obras, o *Carnaval*, de S. Saens, e, *The Golden Vanity*, de Britten.

Música coral no segundo concerto obras de aqui e de longe, música de outros tempos e dos nossos dias. No terceiro concerto, timbres diversos puseram-se de acordo em grupos instrumentais variados. Duas orquestras sinfónicas reuniram, em "fim de festa", jovens de escolas e localidades de todo o país. Mil e um músicos... e mil e um ouvintes para aplaudir tanta música!

Todos, alunos e professores, tiveram a oportunidade de dar a conhecer o trabalho desenvolvido ao longo de anos e partilhar, entre si e com o público, a riqueza e a diversidade de universos musicais no interior dos quais se move a vida, o trabalho e os sonhos destes mil e um músicos.

Criação da figura do delegado de segurança nas escolas

A criação da função de delegado de segurança, em todos os estabelecimentos de ensino, já neste ano lectivo, é uma das medidas do Ministério da Educação (ME) para combater a indisciplina, a violência e a insegurança nas escolas.

A partir deste ano lectivo, as escolas passam a ter um delegado de segurança, um professor com formação específica, que assegura a gestão do sistema de segurança de cada estabelecimento de ensino, a articulação com o programa Escola Segura, bem como o estabelecimento de contactos com as forças de segurança, os encarregados de educação e o Gabinete de Segurança do ME.

Esse delegado de segurança deve relatar as situações às forças de segurança, introduzi-las no sistema electrónico de recolha de informações e encaminhá-las para a Equipa de Missão para a Segurança Escolar.

Além da figura do delegado de segurança, são implantadas outras medidas, como os sistemas de videovigilância e a generalização do cartão electrónico.

Conferência Nacional de Educação Artística debateu importância da arte no sistema educativo

Na Conferência Nacional de Educação Artística, que se realizou no Porto, na Casa da Música, nos dias 29, 30 e 31 de Outubro, criou-se o espaço indispensável para a discussão e a reflexão sobre a Educação Artística, em particular sobre o reforço do papel das artes na aprendizagem.

É objectivo desta conferência, que reuniu peritos e representantes de organizações governamentais e não governamentais, produzir uma série de recomendações sobre o desenvolvimento da Educação Artística nas escolas e sobre a configuração do ensino das artes.

A intenção é contribuir para uma maior consistência das práticas decorrentes dos quadros legais existentes e proporcionar elementos de reflexão para a sua eventual revisão. A Conferência Nacional de Educação Artística decorreu da realização da Conferência Mundial de Educação Artística da UNESCO, que teve lugar em Lisboa, em Março de 2006.

Para mais informações, consultar www.educacao-artistica.gov.pt

Modalidades especiais de conclusão do ensino secundário destinadas aos adultos com percursos formativos incompletos

O Ministério da Educação (ME) definiu procedimentos e condições de acesso a modalidades especiais de conclusão do ensino secundário destinados aos adultos com percursos formativos incompletos neste nível de escolaridade, desenvolvidos ao abrigo de diversos planos de estudo já extintos.

Através desta medida, enquadrada no âmbito da iniciativa Novas Oportunidades, o ME procura dar resposta às expectativas de um elevado número de adultos, oriundos de uma grande diversidade de percursos escolares incompletos e detentores de experiência de aprendizagem em contexto não formal, que pretendem obter a conclusão e a certificação de nível secundário.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 357/2007, de 29 de Outubro, publicado no *Diário da República*, são criadas várias modalidades de conclusão e de certificação, de forma a adequá-las às necessidades dos possíveis candidatos provenientes de diversos planos de estudos e em diferentes situações para a conclusão do seu percurso formativo.

As modalidades para a conclusão e a certificação de nível secundário podem ser obtidas através de duas vias:

- Por via escolar, através da realização de disciplinas em falta, no percurso formativo de nível secundário frequentado pelos adultos, no quadro da oferta do actual ensino secundário regular;
- Através da realização de módulos dos cursos de educação e formação de adultos (EFA) de nível secundário, organizados em consonância com o Catálogo Nacional de Qualificações.

Legislação da Educação

O Ministério da Educação disponibilizou no seu sítio electrónico (<http://www.min-edu.pt/>) um dossier sobre legislação, que arruma por áreas temáticas os diplomas legislativos mais relevantes.

Subdividido em quase quatro dezenas de temas, o índice temático está organizado por ordem alfabética, começando em "Acção Social Escolar" e estendendo-se, por agora, até "Transporte Escolar".

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

O desenvolvimento e o aprofundamento da Estratégia de Lisboa constituem uma prioridade política central para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, nomeadamente no que diz respeito à educação e à formação.

Enquanto instrumento fundamental da Estratégia de Lisboa, o programa de trabalho *Educação e Formação para 2010* servirá de base a uma reflexão colectiva sobre o passado recente das políticas europeias, sobre o caminho que falta percorrer para atingir as metas definidas para o ano 2010, e sobre as estratégias e os programas a desenvolver para além dessa data.

O objectivo é projectar no futuro o espírito original da Estratégia de Lisboa, que tem como objectivo tornar a União Europeia na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social.

No âmbito da educação e da formação, têm sido organizadas diversas conferências, que têm tido lugar no Parque das Nações, em Lisboa, contando com a presença de peritos e profissionais, nacionais e internacionais.

O desenvolvimento profissional dos professores foi o tema da conferência intitulada *Desenvolvimento Profissional de Professores para a Qualidade e para a Equidade da Aprendizagem ao longo da Vida*, que decorreu nos dias 27 e 28 de Setembro.

Contam-se entre os objectivos desta conferência extrair consequências da proposta apresentada recentemente pela Comissão Europeia sobre qualidade da formação de professores e, ainda, reflectir sobre boas práticas nas políticas públicas.

A conferência *As Escolas face a Novos Desafios* realizou-se nos dias 2 e 3 de Novembro, com o objectivo de identificar os desafios nucleares que as escolas hoje enfrentam, à luz da Estratégia de Lisboa e do Programa *Educação e Formação 2010*.

Pretendeu-se, também, examinar os processos de reforço de poderes e de desenvolvimento organizacional das escolas, bem como os sistemas de transparência, de responsabilização e de prestação de contas.

A valorização dos resultados de aprendizagens não formais e informais realizadas ao longo da vida foi o tema da conferência intitulada *Valorizar a Aprendizagem: Práticas Europeias de Validação de Aprendizagens não Formais e Informais*, que teve lugar nos dias 26 e 27 de Novembro.

Entre os objectivos desta conferência mereceu especial destaque a análise de práticas e de soluções, europeias e internacionais, em matéria de políticas de valorização da aprendizagem, em geral, e da validação de aprendizagens não formais e informais, em particular.

Nesta conferência, foi lançado o Quadro Europeu de Qualificações, que consiste numa grelha de equivalências de qualificações a nível europeu, baseada em oito níveis de referência, das qualificações mais básicas para as mais avançadas.

Com dois grandes propósitos – promover a mobilidade entre os países e facilitar a aprendizagem ao longo da vida – este Quadro contribuirá para ajudar estudantes e trabalhadores que queiram movimentar-se entre países e mudar de emprego ou instituições educacionais.

Para mais informações, consultar www.eu2007.min-edu.pt